



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU - DPF/FIG/PR

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 08389.007469/2024-50

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do processo: 08389.007469/2024-50.

Estudo preliminar da contratação de serviços técnicos continuados de **manutenção preventiva, de manutenção corretiva e de assistência técnica em ELEVADORES**, com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, insumos e substituição de peças, caracterizando execução indireta em regime de empreitada global, sem dedicação exclusiva de mão de obra, para atendimento das necessidades da Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu-PR e da Delegacia de Polícia Federal em Guaíra-PR

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo a necessidade de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, emergencial e corretiva, com fornecimento de peças e materiais, para elevadores e plataformas elevatórias, instalados nos prédios das Delegacias da PF em Foz do Iguaçu e Guaíra. conforme quadro de detalhamento abaixo:

Item	Local	Tipo	Marca	Linha	Modelo	Capacidade	Número de Paradas
1	Foz do Iguaçu	Elevador	ThyssenKrupp	Frequencedyne	59992	1.050kg	2
2	Foz do Iguaçu	Plataforma Elevatória	DW Elevadores	Acess Basic	Basic Acess 05	250kg	1
3	Guaíra	Elevador	Otis	Otis Solution	A-VW2-1010-9A-M	750kg	4
4	Guaíra	Elevador	Atlas Schindler		Schindler 3300	675kg	3

2.2. A solicitação de contratação se faz necessária devido ao uso contínuo e ininterrupto dos elevadores e à importância de manter os padrões e orientações técnicas para garantir a segurança. Ainda, deve-se ressaltar que os prejuízos advindos da não manutenção dos elevadores são de toda ordem, especialmente pela impossibilidade da locomoção dos usuários que de outra forma não conseguem acessar os andares superiores das Unidades da PF, devido às suas necessidades especiais.

2.3. A manutenção preventiva e corretiva, pela característica de utilização dos equipamentos é também uma obrigação prevista pelas normas de segurança da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), por meio da NBR 16858-1-2-3-7, a qual exige a manutenção preventiva e corretiva dos itens de segurança dos equipamentos de forma a eliminar os riscos de acidentes com os usuários e técnicos que trabalham na manutenção. O Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) adverte que, caso ocorram infrações graves de segurança ou eventual fatalidade, os representantes e responsáveis pelo prédio

poderão ser penalizados. Ou seja, é fundamental realizar a manutenção dos elevadores de forma correta.

2.4. Considerando que a Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015, estabelece em seu artigo 46 que "o direito ao transporte e à mobilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida será assegurado em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, por meio de identificação e de eliminação de todos os obstáculos e barreiras ao seu acesso". Considerando todas as disposições contidas na Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000, Decreto n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004 e Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015, que estabelecem normas gerais e critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

2.5. Também, mas não menos importante, a manutenção preventiva dos elevadores constitui-se uma forma de preservação do patrimônio público, de modo a evitar gastos com novos equipamentos em um curto espaço de tempo. Assim, restam atendidos o interesse público e a economicidade por parte da Administração, de modo a possibilitar a melhor locomoção dos servidores, dos colaboradores, do público externo e das pessoas PNE que transitam diariamente pelo prédio das Delegacias de Foz do Iguaçu e Guaíra.

2.6. Além disso, no caso de paradas e outras falhas ocasionais, existirá a necessidade da correção do problema através de manutenções corretivas.

2.7. A NBR 16.083/2012, que trata de Manutenção de elevadores, escadas rolantes e esteiras rolantes, estabelece que o resgate de pessoas presas em elevadores deve ser executado somente pela empresa de manutenção ou pelo Corpo de Bombeiros Militar ou órgão que o substitua.

2.8. Por fim, considerando que as Delegacias de Foz do Iguaçu e Guaíra não possuem em seu quadro funcional pessoas/equipes qualificadas, treinadas para tais atividades, sendo obrigação manter os equipamentos em pleno funcionamento com segurança, garantindo a mobilidade das pessoas que utilizam o prédio deste órgão, há necessidade de contratar empresa especializada na prestação destes serviços, justificando, assim, mais uma vez a indispensabilidade da despesa a ser realizada.

3. **ÁREA REQUISITANTE**

Área Requisitante: SELOG/DPF/FIG/PR

Responsável: WILLIAM CORDEIRO LEITE

4. **DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. A solução a ser contratada constitui na prestação de serviços continuados de manutenção, preventiva, corretiva e atendimentos de emergência, com substituição de peças e componentes genuínos do fabricante, em 3 elevadores do tipo passageiros e 1 plataforma elevatória.

4.1.1. Caso não seja possível a utilização de peças e componentes genuínos do fabricante, no caso de estes não serem mais fabricados, será admitida a utilização de peças e componentes compatíveis de boa qualidade, mediante a comprovação da não possibilidade de utilização das peças e componentes genuínos. Não será admitido o uso de peças usadas ou remanufaturadas.

4.2. A empresa deve ser idônea e do ramo da atividade, e deve manter em seu quadro funcional, empregado(a), sócio(a) ou com contrato de prestação de serviço, um(a) engenheiro(a) mecânico(a), com registro no CREA, para atuar como responsável técnico (a) habilitado, e que efetuará o acompanhamento e supervisão técnica dos serviços desta contratação, conforme resolução nº 218 do CONFEA.

4.3. Entende-se por:

4.3.1. **Manutenção preventiva:**

4.3.1.1. Aquela destinada a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos nas instalações dos elevadores, mantendo-as em perfeito estado de funcionamento e conservação, conforme especificado em projeto, manuais e normas técnicas específicas.

4.3.1.2. A manutenção preventiva deverá ser efetuada até o 10º dia útil do mês, salvo manifestação em contrário do Contratante.

4.3.1.3. Periodicidade: as atividades de manutenção preventiva serão executadas conforme as disposições do Plano de Manutenção de Elevadores, anexo a este ETP.

4.3.2. **Manutenção corretiva:**

4.3.2.1. Aquela destinada a reparar e corrigir quebras e defeitos apresentados nas instalações dos elevadores, mantendo-as em perfeito funcionamento.

4.3.2.2. A manutenção corretiva ocorrerá por iniciativa da contratante, sempre que necessário, e prestadas nos locais em que os equipamentos estiverem instalados.

4.3.2.3. Periodicidade: sempre que for constatada falha ou solicitada.

4.3.2.4. A descrição das atividades, assim como os requisitos encontram-se no Plano de Manutenção de Elevadores, anexo a este ETP, assim como previstas no termo de referência.

4.3.2.5. O serviço de manutenção corretiva, sem limite de chamados e horas de serviço, fará parte do preço fixo mensal do contrato.

4.3.3. **4.3.3 Atendimento Emergencial:**

4.3.3.1. Ocorre em ocasiões excepcionais em que pessoas/usuários podem estar em risco e/ou instalações do prédio em situações calamitosas.

4.3.3.2. Constituem também situação de excepcionalidade a ocorrência de parada abrupta do funcionamento do elevador, ficando o mesmo entre andares ou sem condições de executar sua função, notadamente nos casos em que pessoas fiquem presas em seu interior, seja por problemas nos sistemas do elevador seja por falta de alimentação elétrica.

4.3.3.3. O atendimento emergencial deverá funcionar em regime de plantão – 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana - devendo, as solicitações de chamados, ter seu atendimento iniciado no local em no máximo 45 (quarenta e cinco) minutos, contados a partir do registro do horário dos respectivos chamados efetuados pela CONTRATANTE.

4.3.3.4. O serviço de atendimento emergencial, sem limite de chamados e horas de serviço, fará parte do preço fixo mensal do contrato.

4.4. Os funcionários que prestarão a manutenção deverão ser devidamente qualificados e possuir a capacidade técnico-profissional necessária para a correta manutenção dos equipamentos, apresentando-se identificados e uniformizados.

4.5. **Os serviços serão realizados com o fornecimento**, pela Contratada, de toda mão de obra, peças, materiais e insumos necessários à execução das atividades, assim como pela utilização de todas as ferramentas e instrumentos necessários.

4.6. **Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns**, uma vez que os seus padrões de desempenho e qualidade são definidos objetivamente em especificações usualmente adotadas no mercado. A empresa contratada deve fornecer um plano de manutenção anual, assinado por um engenheiro mecânico, e emitir uma ART (anotação de responsabilidade técnica) pela manutenção técnica do elevador, necessidade de atendimento da legislação pertinente ao tema, como por exemplo, a Decisão Normativa CONFEA nº 036/91 a qual nos diz que este equipamento deve ter seu funcionamento supervisionado por empresa capacitada junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, através de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

4.6.1. **A Contratada deverá apresentar em até 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao Contratante e ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA)** do(s) responsável(is) técnico(s) pela execução dos serviços e/ou projetos, com a respectiva comprovação da taxa recolhida.

4.7. O detalhamento dos serviços encontra-se discriminados em **Plano de Manutenção de Elevadores, que comporá anexo do Termo de Referência**.

4.8. O objeto desta contratação possui caráter permanente, tratando-se de serviço continuado, pois se constitui de uma forma de preservação do patrimônio público, de modo a se evitar gastos com

novos equipamentos em um curto espaço de tempo, equipamentos estes que são utilizados todos os dias por servidores, terceirizados e visitantes desta SR/PF/PR.

4.9. O prazo de duração do contrato é de 12 (meses), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 10 (dez) anos, conforme Lei 14.133, de 2021.

4.10. Não será permitida a participação de consórcio ou de qualquer outra modalidade de interdependência entre as licitantes, tendo em vista a quantidade dos serviços a serem contratados, ou seja, o edital não traz em seu Termo de Referência nenhuma característica própria que justificasse a admissão de empresas em consórcio. O escopo da contratação é extremamente reduzido, e já possui caráter especializado, sendo infundada a abertura para participação de consórcios.

4.11. Vistoria:

4.11.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09: 00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente:

- Endereço da Delegacia de Foz do Iguaçu: Avenida Paraná, 3471, Centro Cívico
- Endereço a Delegacia de Guaíra: Praça Castelo Branco, 200, Centro
- Endereço do Núcleo Especializado de Polícia Marítima - NEPOM: Avenida Beira Rio, lote K, nº 01, Guaíra/PR

4.11.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.11.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.11.4. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, não poderá ser entregue mídia digital ou analógica ou outra forma de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, tendo em vista a segurança orgânica da edificação.

4.11.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento, por meio de Termo de Vistoria ou Renúncia, de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

4.12. Características Específicas da Contratação:

4.12.1. As atividades de manutenção periódica preventiva, corretiva e atendimento emergencial deverão observar as seguintes normas técnicas vigentes e atualizações:

a) ABNT NBR 16083 - Manutenção de elevadores, escadas rolantes e esteiras rolantes.

b) ABNT NBR 16858 - Elevadores - Requisitos de segurança para construção e instalação:

Parte 1 : Elevadores de passageiros e elevadores de passageiros e cargas;

Parte 2: Requisitos de projeto, de cálculos e de inspeções e ensaios de componentes;

Parte 3: Acessibilidade em elevadores para pessoas, incluindo pessoas com deficiência;

Parte 7: Melhoria da segurança de elevadores de passageiros e elevadores de passageiros e cargas existentes.

c) ABNT NBR NM 313 - Elevadores de passageiros - Requisitos de segurança para construção e instalação - Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência;

d) ABNT NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;

e) NR 6 - Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho - Equipamento de Proteção Individual;

- f) NR 10 - Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho - Segurança em instalações e serviços em eletricidade;
- g) NR 12 - Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho - Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos;
- h) NR 23 - Proteção Contra Incêndios; · NR 33 - Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho - Segurança e saúde nos trabalhos e espaço confinados;
- i) NR 35 - Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho - Trabalho em altura.

4.13. O licitante deverá declarar que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante vencedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, salvo pedido forma de equilíbrio econômico-financeiro, quando devidamente justificado e dentro dos prazos estabelecidos pela legislação. A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita execução dos serviços será interpretada como não existente ou já incluída nos preços apresentados.

4.14. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Foi verificada a existência de vários fornecedores para atender a presente contratação. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais disponíveis no portal compras.gov.br, com o objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração.

5.2. Para a realização da manutenção preventiva, corretiva e emergencial de elevadores foram encontradas no mercado duas soluções:

- a) A contratação de empresa especializada na realização destes serviços, sem disponibilização de mão de obra exclusiva, por valor mensal, com fornecimento de materiais, por demanda, quando necessário;
- b) A contratação de funcionário terceirizado com dedicação exclusiva para a execução destes serviços.

5.3. A contratação de funcionário terceirizado com dedicação exclusiva para a execução destes serviços é inaplicável para a demanda ora apresentada, visto que se trata de apenas **3 elevadores e 1 plataforma elevatória**, e a manutenção desses equipamentos não demanda muitos dias para ser realizada. Ademais, essa opção elevaria os custos de manutenção e não seria eficiente.

5.4. Portanto, foi escolhida a solução que trata da contratação de empresa especializada na realização de serviços de manutenção de elevadores, de forma que a Contratada realize mensalmente a manutenção preventiva e quando acionada a manutenção corretiva e emergencial, com o pagamento de peças a medida do uso, modelo já adotado anteriormente pela Delegacia de Foz do Iguaçu.

5.5. Ademais, a atividade de manutenção de elevadores somente será executada sob a responsabilidade técnica de profissional autônomo, ou empresa habilitados e registrados no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. 6.1. A solução compreende a manutenção preventiva, corretiva e atendimento emergencial de acordo com as disposições contidas no Plano de Manutenção de Elevadores, anexo a este ETP, assim como no termo de referência.

6.2. As características dos equipamentos são aquelas indicadas na tabela do item 2.1 deste

documento.

6.3. A contratação compreende a execução do serviço de manutenção elevadores, nas modalidades preventiva, corretiva e atendimento emergencial, a ser realizado por profissionais da empresa contratada, já considerado o fornecimento, por parte da contratada, de todo o necessário para a perfeita execução dos serviços no local indicado pela contratante. Compreende ainda o fornecimento de materiais de consumo, peças de reposição, componentes e acessórios necessários a execução dos serviços.

6.4. Entende-se por **MANUTENÇÃO PREVENTIVA** a manutenção efetuada em intervalos predeterminados, ou de acordo com critérios prescritos, destinada a reduzir a probabilidade de falha ou a degradação do funcionamento de um item. É o conjunto de ações previamente definidas no Plano de Manutenção de Elevadores, incluindo substituição de materiais, limpeza, ajustes e demais procedimentos relacionados aos elevadores.

6.4.1. **Incluem-se no preço mensal do contrato o fornecimento e aplicação de materiais de consumo, para manutenção preventiva.** Todas as peças de reposição, componentes e acessórios utilizados para a execução da manutenção preventiva deverão ser fornecidos e/ou substituídos pela Contratada durante a vigência contratual sem ônus extra para a Contratante.

6.4.2. **Na primeira quinzena do segundo mês da execução do serviço a contratada deverá entregar o Cronograma de Execução mensal, trimestral e semestral com a indicação das rotinas necessárias, mas não previstas, inicialmente, no Plano de Manutenções.**

6.4.3. Os serviços da manutenção preventiva serão executados na periodicidade e com base nos parâmetros mínimos estabelecidos no Plano de Manutenção de Elevadores, anexo a este ETP.

6.4.4. A contratada deverá manter a todo o tempo em local visível no equipamento, o nome e o número de telefone da empresa de manutenção. Quando da realização da manutenção preventiva rotineira, a Contratada deverá afixar em local visível a data da última manutenção e nome do técnico que a realizou.

6.4.5. Antes do início da manutenção de rotina observar principalmente as seguintes providências:

- a) Entrar em contato com o fiscal do Contrato;
- b) Tomar conhecimento de eventuais problemas com os elevadores e anotá-los para as devidas providências;
- c) Registrar as ocorrências;
- d) Estabelecer com a fiscalização do contrato a melhor estratégia de desligamento do elevador quando a manutenção for feita no equipamento;
- e) Colocar os avisos de manutenção de rotina no elevador a ser examinado e em todos os pavimentos; e
- f) Ao subir no teto da cabina prender o cinto de segurança em uma parte rígida da cabina.

6.4.6. Todo equipamento, componente ou peça que necessitar ser removida para conserto em oficinas precisará de prévia autorização do gestor do contrato. As despesas com a retirada, a remessa, a devolução e a posterior reinstalação dos componentes correrão por conta da CONTRATADA.

6.5. A **MANUTENÇÃO CORRETIVA** conforme definição constante neste documento, consistirá na reparação de eventuais falhas do equipamento, elevadores inoperantes ou mau funcionamento e, caso necessário, na substituição de peças defeituosas, gastas ou quebradas pelo uso do equipamento, indispensáveis ao funcionamento do elevador.

6.5.1. Consiste em serviços gerais a serem executados de forma imediata que fogem das rotinas pré-estabelecidas da manutenção preventiva e deverá ser executada pela CONTRATADA sempre que houver necessidade de consertos e reparos para restaurar o perfeito funcionamento dos elevadores.

6.5.2. A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento de peças, materiais, acessórios e/ou componentes, novos genuínos dos elevadores, comprovadamente de primeira qualidade, não

podendo ser recondicionadas ou reaproveitadas, devendo estar de acordo com as especificações e serem submetidas previamente à aprovação da CONTRATANTE, de modo a manter as características originais dos elevadores, sem incorrer em ônus adicionais à CONTRATANTE.

6.5.3. Caso não seja possível a utilização de peças e componentes genuínos do fabricante, no caso de estes se encontrarem “fora de linha”, será admitida a utilização de peças e componentes compatíveis de primeira qualidade, mediante a comprovação da não possibilidade de utilização das peças e componentes genuínos.

6.5.4. A Contratada deverá atender os chamados de manutenção corretiva no prazo máximo de 24 (vinte quatro) horas, salvo quando expressamente autorizado outro prazo pela fiscalização.

6.5.5. Após ao chamado da manutenção corretiva, caberá à CONTRATADA apresentar orçamento descritivo no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, detalhando o problema detectado, as peças e os componentes necessários à sua correção, bem como seus valores unitários e totais para aprovação da fiscalização.

6.5.6. Ainda, os serviços da manutenção corretiva serão executados com base nos parâmetros mínimos estabelecidos no Plano de Manutenção de Elevadores, anexo a este ETP, bem como as disposições previstas no TR.

6.5.7. Todas as peças, componentes ou materiais porventura substituídos deverão ser entregues pela CONTRATADA ao gestor do contrato, não sendo permitido que as mesmas sejam deixadas nas casas de máquinas ou outra dependência que não seja aquela indicada pelo gestor.

6.6. O **ATENDIMENTO EMERGENCIAL** ocorre em ocasiões excepcionais em que pessoas/usuários podem estar em risco e/ou instalações do prédio em situações calamitosas. Constituem também situação de excepcionalidade a ocorrência de parada abrupta do funcionamento do elevador, ficando o mesmo entre andares ou sem condições de executar sua função, notadamente nos casos em que pessoas fiquem presas em seu interior, seja por problemas nos sistemas do elevador seja por falta de alimentação elétrica.

6.6.1. O atendimento emergencial deverá funcionar em regime de plantão – 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana - devendo, as solicitações de chamados, ser atendidas conforme abaixo:

Situação	Tempo de chegada após o chamado
Elevador parado com pessoas presas em seu interior	Até 45 minutos
Elevador parado sem pessoas	Até 2 (duas) horas

6.7. O **FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS** para os serviços de manutenção corretiva consistirá em todas as peças fornecidas pela contratada, as quais **deverão ser originais (ou genuínas) novas**, e atenderem todas as recomendações do fabricante.

6.7.1. Caso não seja possível a utilização de peças e componentes genuínos do fabricante, no caso de estes se encontrarem “fora de linha”, será admitida a utilização de peças e componentes compatíveis de primeira qualidade, mediante a comprovação da não possibilidade de utilização das peças e componentes genuínos.

6.7.2. Quando da necessidade de substituição de peças e componentes do elevador, a Contratada deverá indicar em relatório, apresentado à fiscalização, quais são as peças que necessitam substituição e quais os defeitos, desgastes ou falhas apresentadas.

6.7.3. As peças fornecidas deverão ser entregues, com nota fiscal indicando modelo, marca, fabricante, garantia e demais informações relevantes, e instaladas em perfeitas condições de funcionamento no equipamento.

6.7.4. O fornecimento de peça e materiais devem observar o previsto no Plano de Manutenção de Elevadores, anexo a este ETP.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. A quantidade de equipamentos das Delegacias de Foz do Iguaçu e Guaíra é de 4 unidades:

Item	Local	Tipo	Marca	Linha	Modelo	Capacidade	Número de Paradas
1	Foz do Iguaçu	Elevador	ThyssenKrupp	Frequencedyne	59992	1.050kg	2
2	Foz do Iguaçu	Plataforma Elevatória	DW Elevadores	Acess Basic	Basic Access 05	250kg	1
3	Guaíra	Elevador	Otis	Otis Solution	A-VW2-1010-9A-M	750kg	4
4	Guaíra	Elevador	Atlas Schindler		Schindler 3300	675kg	3

7.2. O serviço de manutenção preventiva, corretiva e emergencial deve ter aplicação mensal, correspondendo aos 12 meses do contrato.

7.3. Quando for constatada necessidade de substituição de peças que não sejam referentes a serviços oriundos de regulagens, ajustes e limpeza, a Contratada deverá apresentar orçamento descritivo no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, detalhando o problema detectado, as peças e os componentes necessários à sua correção, bem como seus valores unitários e totais para aprovação da fiscalização.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. A pesquisa de preços foi realizada com base na Instrução Normativa nº 65/2021 – SEGES/ME de 5 de Agosto de 2021, onde se lê:

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

*I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos **sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços** ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;*

*II - **contratações similares** feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;*

*III - **dados de pesquisa publicada em mídia especializada**, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de **sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo**, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;*

*IV - **pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores**, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou*

*V - **pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas**, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.*

8.2. Quanto aos item 1 a 4 – Serviço de conservação e manutenção preventiva, corretiva e emergencial de 04 (quatro) elevadores:

8.2.1. Para estabelecimento do preço estimado, foi considerada a média de 8 (oito) valores encontrados na pesquisa de preços, obedecendo à IN SEGES/ME nº 65/2021, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados, conforme o art. 5º, §1º da Portaria 449/2021 - MJSP.

8.2.2. Em atendimento ao incisos I da referida IN, foi realizada pesquisa de preços através do sistema Pesquisa de Preços do Compras.gov. As contratações ali apresentadas foram analisadas individualmente, sendo que 8 (oito) demonstraram possuir itens compatíveis/semelhantes com os solicitados nesta licitação.

8.2.3. Por terem sido utilizado o inciso I da referida IN para compor o mapa de preços, e a necessidade de que se observem o inciso em ordem para a elaboração da pesquisa de preços, os incisos II, III, IV e V da IN SEGES/ME nº 65 /2021 não foram utilizados.

8.2.4. Ressalta-se que, embora não tenha sido possível encontrar contratações com exatamente o mesmo modelo de elevadores existentes nesta DPF/FIG/PR, foram escolhidas contratações com elevadores em condições semelhantes quanto ao número de paradas e capacidade, observando-se que os valores praticados entre elas não possuem grande variação devido a marca dos elevadores.

8.2.5. Dessa maneira, o valor mensal estimado para a manutenção de 04 (quatro) elevadores é de R\$ 1.960,00 (um mil novecentos e sessenta reais), perfazendo o total anual de R\$ 23.520,00 (vinte e três mil quinhentos e vinte reais).

8.3. Quanto ao item 5 – Previsão de fornecimento de peças e materiais para manutenções dos elevadores:

8.3.1. O levantamento das peças obedeceu à sistemática e aferição de preços realizada no processo Sei 08389.009296/2023-23, que utilizou os parâmetros III e IV, haja vista não ter logrado êxito em localizar as peças no Portal de Compras, em razão de sua tamanha especificidade. Assim, com o fim de manter o preços devidamente atualizados, apurou-se o índice acumulado do IGP-M de fevereiro/2024 a fevereiro/2025, aplicando-o aos preços pesquisados das peças e materiais, atualizando seus valores.

8.3.2. Deve-se mencionar que os contrato de manutenção de elevadores, outrora existentes no âmbito da DPF/FIG/PR, não houve registro de realização de gastos com peças e materiais. Dessa forma, a fim de se ter um parâmetro como foi consultado o contrato da SR/PF/PF: em toda a duração de contrato nº 04/2019-SR/PF/PR foram adquiridas peças para manutenção corretiva apenas duas vezes, perfazendo o valor total de R\$ 4.480,00 em peças, no interstício de 5 anos.

8.3.3. Nesse sentido, considerando que a aquisição de peças é episódica e seus preços grande variação (conforme o tipo de peça a ser repostas), seguiu-se orientação similar àquela do processo de contratação do serviços de manutenção de elevadores da SR/PF/PR - processo 08385.007080/2024-44 - e devidamente consignados nos autos, nos termos do Anexo I do ETP: Relação de Peças (37291672).

8.3.4. Assim, a estimativa de preços para aquisição de peças ficou em R\$ 1.467,15 (um mil quatrocentos e sessenta e sete reais e quinze centavos), perfazendo o total anual de R\$ 17.605,76 (dezessete mil seiscentos e cinco reais e setenta e seis centavos).

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. O artigo 40 da Lei nº 14.133/2021 prevê que o parcelamento de uma solução deverá ocorrer quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Ainda, dispõe:

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

9.2. Mesmo entendimento segue o Tribunal de Contas da União, com a recomendação de que se deve realizar a licitação por itens, de forma fracionada, sempre que econômica e tecnicamente viável, em consonância com os preceitos inseridos na Súmula 247 da referida Corte.

9.3. A despeito da orientação, ou seja, a divisão por itens, a formação de grupos pode e deve ser utilizada quando a natureza do objeto da licitação condiciona tecnicamente a contratação de forma conjunta ou que possibilite maiores vantagens econômicas em função da escala.

9.4. Se os serviços não forem agrupados, ter-se-ia empresas distintas executando, ao mesmo tempo, o objeto da licitação. Tal fato poderia gerar atrasos, onerar o certame e sobrecarregar as equipes de fiscalização dos contratos, comprometendo o resultado final dos trabalhos, por não perseguir a proposta mais vantajosa para a Administração.

9.5. Aponta-se também, que por se tratar da mesma natureza de serviço para todos os itens, e estes serem executados em um mesmo local, considera-se economicamente vantajoso para a Administração celebrar contrato com apenas uma empresa, garantindo a qualidade do serviço e evitando diversos contratos pequenos para um mesmo objeto.

9.6. Destaca-se ainda a necessidade de agrupamento dos itens desta contratação pois os equipamentos deverão ser testados em conjunto, conectados entre si.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. Os serviços objeto desta contratação são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes. Todos os serviços que deverão compor a solução fazem parte do mesmo escopo.

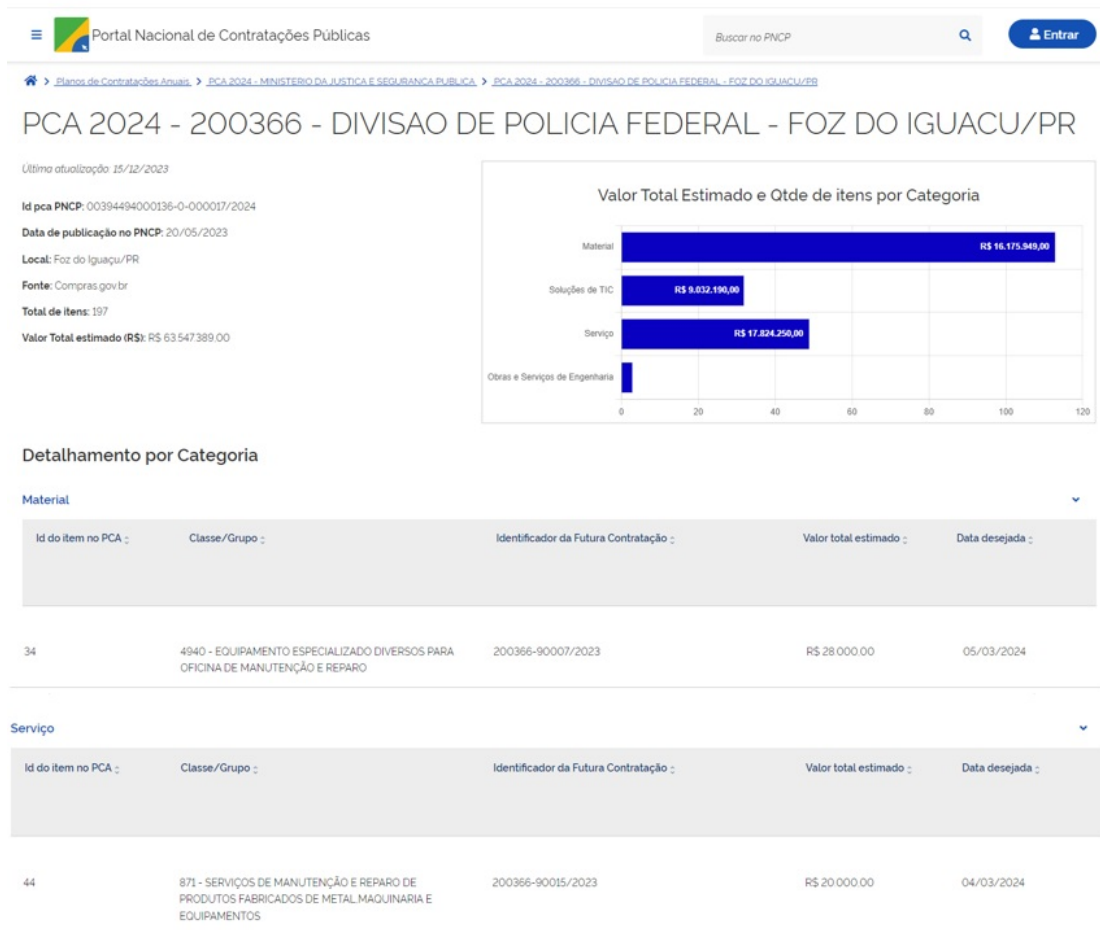
11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1. Plano Estratégico da Polícia Federal para o período de 2024 a 2027:

11.1.1. Partindo de uma premissa generalista a pretendida contratação vai ao encontro às diretrizes traçadas no Plano Estratégico da Polícia Federal para o período de 2024 a 2027, PF-80, publicado em 20/06/2023, no que diz respeito a:

Objetivos Estratégicos	Ação Estratégica	Resultados relacionados à contratação
Pessoas e Estrutura	Forma a polícia do futuro, moderna e inovadora	Garantir a segurança física dos servidores e demais usuários

11.2. A demanda foi incluída no Plano de Contratação Anual 2024 da DPF/FIG/PR, conforme se verifica na consulta abaixo, feita no Portal Nacional de Contratações Públicas:



12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

- 12.1. Segurança e proteção à vida das pessoas, incluindo servidores e usuários dos serviços institucionais.
- 12.2. Garantia da segurança operacional e a vida útil do equipamento por meio da sua manutenção regular, evitando-se a degradação do patrimônio público, seja pelo desgaste natural, seja pela correção de algum erro de desempenho, ao passo que proporciona a segurança dos usuários.
- 12.3. Redução da possibilidade de ocorrência de defeitos, falhas ou irregularidades no elevador e componentes por meio da manutenção preventiva.
- 12.4. Manutenção do valor do patrimônio, das condições normais de utilização e segurança e do perfeito estado de conservação e funcionamento do equipamento.
- 12.5. Redução de custos a longo prazo: com a execução da manutenção preventiva com regularidade, reduzem-se as possibilidades de quebra de peças e demais componentes, envelhecimento e degeneração do equipamento.
- 12.6. Restabelecimento do pleno funcionamento do elevador caso seja necessária manutenção corretiva para a reparação do componente causador da falha.
- 12.7. Acessibilidade nas Delegacias de Foz do Iguaçu e Guaíra com o correto funcionamento do elevador.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

- 13.1. Seleção da proposta mais vantajosa e eficiente para a Administração, a qual se vincula às especificações do objeto, assim como aos dispositivos do Termo de Referência deste processo licitatório.

- 13.2. Contratação da empresa selecionada, após verificação das condições de habilitação da adjudicatária.
- 13.3. Designação da equipe de gestores e fiscais para acompanhamento da execução do objeto da contratação.
- 13.4. Solicitação e acompanhamento da execução dos serviços.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. A pretendida contratação possui baixo grau de risco em relação aos impactos ambientais por ela produzidos, e são de fácil mitigação. Trata-se de manutenção de elevadores onde o nível de intervenção é reduzido, são pequenas reformas ou substituição de peças e equipamentos defeituosos. Sendo assim os cuidados com o impacto ambiental resumem-se ao descarte racional dos resíduos produzidos, bem como a aquisição de insumos cuja procedência esteja de acordo com os normativos ambientais.

14.2. A aquisição de materiais e peças, objeto do presente contrato, deverão, sempre que possível, atender os critérios de sustentabilidade, dentre eles, que estes sejam constituídos por material reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros. Além disso, as atividades afetas ao objeto da contratação devem se pautar pela economia de recursos gastos com a manutenção e operacionalização da edificação, como também a redução do consumo de energia e água, por meio de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental.

14.3. Assim, conforme o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, devem ser utilizados, sempre que possível materiais que sejam reciclados, reutilizados ou biodegradáveis e que reduzam a necessidade de manutenção. Além disso, devem ser observadas as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO e as normas ISO nº 14.000 relativas a sistemas de gestão ambiental.

14.4. Com relação à gestão de resíduos, a Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305/2010 Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05 /07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA e Instrução Normativa SLTI /MPOG nº 1, de 19/01/2010.

14.5. Além das boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição exigidas acima, a contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, em cumprimento ao disposto no Artigo 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1 de 19/01/2010 publicada no DOU de 20/01/2010, dentre elas:

- I - Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- II - Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza gerem ruído no seu funcionamento;
- III - Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- IV - Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- V - Realizar a separação dos resíduos recicláveis na fonte geradora e a sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, conforme Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, procedida pela coleta seletiva de papel para reciclagem, quando couber, nos termos da legislação vigente.

14.6. Práticas de Sustentabilidade:

14.6.1. A escolha dos materiais, máquinas e equipamentos a serem aplicados/instalados deverão considerar os requisitos mínimos, estabelecidos em norma, para sustentabilidade, no que diz respeito ao consumo energético, hídrico e legislação ambiental.

14.6.2. Neste contexto, a empresa contratada deverá seguir critérios e práticas de sustentabilidade, conforme critérios abaixo, em especial verificados a partir do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU:

14.6.2.1. Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da CONAMA nº 340, de 25 de setembro de 2003, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenagem e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (SDOs) abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:

- a) É vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs, CFC-12, CFC- 114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H-2402;
- b) Quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do art. 2º e parágrafos da citada Resolução;
- c) A SDO recolhida deve ser reciclada “in loco”, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente;
- d) Quando a SDO recolhida for o CFC-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante, licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração.

14.6.2.2. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

14.6.2.3. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) nº 6, de 3 de novembro de 1995, e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006.

14.6.2.4. Os equipamentos elétricos a serem utilizados na execução dos serviços deverão possuir a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), na classe A, nos termos da Portaria INMETRO que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade (RAC) e trata da etiquetagem compulsória do respectivo equipamento.

14.6.2.5. A contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos frascos de aerosol e das lâmpadas originários da contratação, recolhendo-os ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 33, inciso V, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, art. 14 do Decreto nº 10.936/2022 e legislação correlata

14.6.2.6. Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, se usadas, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008;

14.6.2.7. Utilizar lâmpadas LED, nas cabinas do elevador, a fim de reduzir o consumo de energia.

14.6.2.8. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e

3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

a) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

b) Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

b.1) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

b.2) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

b.3) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

b.4) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

c) Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

d) Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

14.6.2.9. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

a) Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

b) Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

14.6.2.10. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

14.6.2.11. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

14.6.2.12. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) nº 6, de 3 de novembro de 1995, e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006.

14.6.2.13. Os equipamentos elétricos a serem utilizados na execução dos serviços deverão possuir a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), na classe A, nos termos da Portaria INMETRO que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade (RAC) e trata da etiquetagem compulsória do respectivo equipamento.

14.6.2.14. A contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos frascos de aerosol e das lâmpadas originários da contratação, recolhendo-os ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada.

14.6.2.15. A contratada deverá providenciar o recolhimento dos recipientes de tintas, vernizes e solventes originários da contratação, para posterior repasse às empresas industrializadoras, responsáveis pela reciclagem ou reaproveitamento dos mesmos, ou destinação final ambientalmente adequada.

14.6.3. Além disto, a contratada deverá observar, no que couber, as normas gerais de sustentabilidade:

14.6.3.1. Normas ABNT para sustentabilidade:

- a) ABNT ISO/TR 14062:2004;
- b) ABNT NBR 16001:2012;
- c) ABNT NBR ISO 10002:2005;
- d) ABNT NBR ISO 10014:2008;
- e) ABNT NBR ISO 14001:2015;
- f) ABNT NBR ISO 14040:2009 Versão Corrigida:2014;
- g) ABNT NBR ISO 14044:2009 Versão Corrigida:2014;
- h) ABNT NBR ISO 26000:2010;
- i) ABNT NBR ISO 31000:2009;
- j) ABNT NBR ISO 50001:2011;
- k) ABNT NBR ISO 9001:2015;
- l) ABNT NBR ISO 9004:2010.

14.6.3.2. Legislação Ambiental e correlatas:

- a) Lei nº 6.938/1981 – Política Nacional do Meio Ambiente;
- b) Lei nº 12.187/2009 – Política Nacional de Mudança do Clima;
- c) Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- d) Lei nº 12.349/2010 – Alterou o artigo 3º da Lei nº 8.666/93;
- e) Decreto nº 10.024/2019 – Regulamenta o pregão eletrônico;
- f) Decreto nº 2.783/1998 – Proíbe entidades do governo federal de comprar produtos ou equipamentos contendo substâncias degradadoras da camada de ozônio;
- g) Decreto nº 7.746/2012 – Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666/93;
- h) Decreto nº 5.940/2006 – Coleta Seletiva Solidária na Administração Pública Federal;

- i) Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010 – Dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração direta, autárquica e funcional;
- j) Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 10, de 12/11/2012 – Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências;
- k) Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017 – Dispõe sobre regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal;
- l) Instrução Normativa SEGES/ME nº 1, de 2019 - Dispõe sobre Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações;
- m) Portaria nº 61 – MMA, de 15/05/2008 – Estabelece práticas de sustentabilidade ambiental nas compras públicas;
- n) Portaria nº 43 – MMA, de 28/01/2009 – Proíbe o uso de amianto em obras públicas e veículos de todos os órgãos vinculados à administração pública;
- o) Portaria nº 23, - MPOG, de 12/02/2015 – Estabelece boas práticas de gestão e uso de energia elétrica e de água nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dispõe sobre o monitoramento de consumo desses bens e serviços.

14.6.4. A escolha dos materiais, máquinas e equipamentos a serem aplicados/instalados deverão considerar os requisitos mínimos, estabelecidos em norma, para sustentabilidade, no que diz respeito ao consumo energético, hídrico e legislação ambiental.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

15.1. Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

15.2. **Justificativa da Viabilidade:** Com base no presente Estudo Técnico Preliminar, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, a Equipe de Planejamento considera que a contratação em pauta é viável, vantajosa economicamente, além de ser essencial para a manutenção dos bons serviços prestados pela Polícia Federal à sociedade, não podendo ser substituída por qualquer outra contratação.

16. RESPONSÁVEIS

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

CELIO LISBOA
Integrante Técnico Titular da EPC
Sei 37247977

CRISTINA GOMES RUFINO
Integrante Administrativo Titular da EPC
Sei 37282507

17. DESPACHO AUTORIDADE COMPETENTE

17.1. Tendo em vista as alegações e justificativas apresentadas e a essencialidade dos serviços, APROVO o presente ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO.

JACKSON ROBERTO BARROS CERQUEIRA FILHO

Delegado de Polícia Federal

Chefe da DPF/FIG/PR

Ordenador de Despesas



Documento assinado eletronicamente por **CRISTINA GOMES RUFINO**, **Agente de Polícia Federal**, em 30/05/2025, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CELIO SANTANA LISBOA**, **Agente Administrativo(a)**, em 30/05/2025, às 11:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=60141787&crc=790E1A23](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=60141787&crc=790E1A23).

Código verificador: **60141787** e Código CRC: **790E1A23**.